

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E ALFABETIZAÇÃO EM CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO

Maria João Mogarro

Universidade de Lisboa - Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Ciências da Educação

Joaquim Pintassilgo

Universidade de Lisboa

Centro de Investigação em Educação

A relação entre cidadania e alfabetização conheceu alguns momentos fortes na história educativa portuguesa, em particular no que se refere ao período de transição da monarquia constitucional para a 1ª República (últimas décadas do século XIX – primeiras décadas do século XX). Essa relação foi, naturalmente, desvalorizada no período do Estado Novo salazarista.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 voltou a colocar o debate sobre a cidadania e a educação para a cidadania no centro da agenda educativa, relacionando-o com a democracia e com a alfabetização. Afirma-se, de forma veemente, que os cidadãos da nova sociedade inaugurada pela revolução necessitam de possuir competências mínimas ao nível da leitura, da escrita e do cálculo para poderem intervir de forma consciente e activa na vida democrática. Nesse contexto, viram a luz do dia acções de natureza e origem diversas (movimento associativo estudantil, organizações partidárias, Movimento das Forças Armadas, grupos católicos, organizações populares, etc.), total ou parcialmente dedicadas à alfabetização, com particular destaque para as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária, realizadas no Verão de 1974, e para o chamado Movimento Alfa, com expressão no Verão de 1976, os dois movimentos mais mediáticos e polémicos a este nível, se não contarmos com as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA, em que a componente de alfabetização era residual. As iniciativas desenvolvidas acabam por combinar, em graus diferentes, alfabetização e socialização política, para além da educação sanitária e da animação cultural, entre outras vertentes.

O objectivo do presente trabalho é, então, analisar as formas e modalidades como estes três eixos (educação, cidadania e alfabetização) se desenvolveram e articularam no período revolucionário pós 25 de Abril de 1974. Serão utilizados estudos sobre o tema, artigos de imprensa da época e documentos produzidos no âmbito dos movimentos então desenvolvidos.

1. Alfabetização, revolução cultural e construção do socialismo

O período subsequente à Revolução do 25 de Abril foi um dos momentos mais “quentes” da história portuguesa recente. O contexto revolucionário contribuiu para a ampla difusão de um vasto e concorrencial leque de projectos políticos e uma intensa mobilização popular à volta de um conjunto de transformações sociais agora julgadas de possível concretização. Como a generalidade dos períodos revolucionários, o 25 de Abril permitiu uma verdadeira “vivência da utopia”. Parecia possível concretizar, aqui e agora, alguns dos grandes sonhos da humanidade. Os discursos conheceram, igualmente, um processo de libertação.

Entre outros aspectos, essa libertação fez-se sentir através da vontade de promover “um renascimento profundo e essencial de um ser novo, de uma sociedade nova” (*Manual de alfabetização...*, 1977: 9). O discurso pedagógico do período revolucionário foi muito marcado – como, provavelmente, em todas as revoluções da modernidade – por uma espécie de mitologia do novo. O ambicioso projecto de construir uma sociedade nova, uma escola nova e um homem novo está constantemente presente. Se uma certa crença messiânica nas virtualidades transformadoras resultantes do momento mágico que foi o 25 de Abril não deixa de estar presente, a maioria dos discursos produzidos – por vários sectores da esquerda portuguesa - no campo da alfabetização sublinha, principalmente, a necessidade de investir nessa construção. O caminho a percorrer não deixa de ser apontado de forma clara, como acontece no há pouco citado manual de alfabetização, editado (em 1977, mas sistematizando textos do período revolucionário) pela chamada Base – Frente Unitária de Trabalhadores:

Se queremos destruir a sociedade capitalista e construir uma sociedade socialista, feita e gerida pelos próprios trabalhadores, uma sociedade sem classes, teremos de destruir os valores em que assenta hoje a nossa sociedade; mas essa destruição passa pela consciência dos valores culturais do povo trabalhador, por ele mesmo, à medida em que vai pondo em acção esses mesmos valores. (*Manual de alfabetização...*, 1977: 9)

Podemos assinalar aqui vários aspectos. Um deles é a dimensão marcadamente ideológica – e mítica – assumida pelo discurso pedagógico desses tempos, bem expressa na afirmação da vontade de destruir a “sociedade capitalista” – ainda vigente na óptica dos autores, não obstante o 25 de Abril – e de “construir uma sociedade socialista”,

“uma sociedade sem classes”. O apelo à “consciência dos valores culturais do povo trabalhador” não deixa de nos remeter para uma certa mitificação do chamado “povo trabalhador”, entendido como lugar de purificação e de redenção social. No mesmo manual elogiam-se todos aqueles que já “fizeram uma clara opção de classe” e que estão dispostos a “redescobrir, com as massas trabalhadoras, um novo sentido da História”, ao mesmo tempo que se manifesta total “confiança no homem trabalhador, nos seus valores e no seu papel insubstituível como autor e protagonista da História” (*Manual de alfabetização...*, 1977: 5 e 9). Esta questão – a que voltaremos - reveste-se, no entanto, de uma maior complexidade, se tivermos em conta o conjunto dos discursos produzidos no interior do campo da alfabetização.

A já referida tarefa de destruição e simultânea construção social prende-se ainda com uma outra característica fundamental do discurso pedagógico do período e que entroca directamente no debate sobre a alfabetização. A revolução política – no caso, simbolizada pelo 25 de Abril – não seria suficiente para a construção da tal sociedade nova. Tornar-se-ia necessário encetar uma verdadeira revolução cultural. “Para nós – afirma-se no manual em análise – não há processo revolucionário sem processo cultural” (*Manual de alfabetização...*, 1977: 8). Num dos documentos mais interessantes e polémicos produzidos no período sobre a temática – o *Esquema de Anteprojecto do Programa Nacional de Alfabetização* (1975) – esta tese surge amplamente afirmada, como, por exemplo, quando se diz, em jeito de conclusão, o seguinte: “Numa palavra, a alfabetização deve ser parte integrante da necessária revolução cultural”. E mais adiante acrescenta-se:

Ao processo revolucionário cabe criar as condições para a libertação de todas as suas potencialidades, libertação que implica forçosamente uma autêntica revolução cultural. E é através desta que, vencendo a passividade, o silêncio, o medo e o individualismo, se conseguirá a participação activa e consciente das massas populares nas tarefas de transição para o socialismo, tarefas estas radicalmente activas, criativas e arriscadas. (*Esquema de anteprojecto...*, 1975)

Ou seja: alfabetizar é importante, neste contexto, não só especificamente por via da aquisição das competências necessárias à leitura e à escrita, mas, particularmente, por ser parte integrante de um projecto mais vasto e ambicioso e que aponta para uma mudança das mentalidades. Sublinhe-se, igualmente, a valorização da capacidade para uma “participação activa e consciente”, entendida, no contexto revolucionário, como

direito e dever indeclinável da vida cívica e não redutível à figura, tipicamente liberal, do cidadão eleitor. A meta – cuja radicalidade é sublinhada - é, de novo, a “transição para o socialismo”.

A fronteira entre a chamada revolução cultural e os processos de inculcação ideológica é, no entanto, muito ténue. O documento em análise fala, por exemplo, da necessidade de uma “consciencialização política de todo o povo português, que o leve a determinar-se positivamente na via de transição para o socialismo” ou da pretensão que o Plano Nacional de Alfabetização “se torne um dos pilares da mobilização popular necessária para uma autêntica revolução socialista”. Convém chamar aqui a atenção para a importância que a noção de “mobilização popular” tem na economia do documento. Produzido em pleno “Verão quente” de 1975 o *Esquema de anteprojecto* – que nunca chegou a ser aprovado por via da queda do 5º governo provisório e da subsequente alteração da relação de forças no interior do próprio MFA - é bem a expressão da intensa politização e ideologização que atingia a vida pública de então¹.

A tese de que a política e a ideologia são fenómenos transversais, estando presentes em todos os domínios da vida social, é assumida sem complexos. Não obstante o apelo à “mobilização”, podemos, naturalmente, perguntar se não é a componente endoutrinadora que acaba por prevalecer relativamente à proclamada vontade de formar cidadãos participativos, activos e conscientes. Como notou Stoer (1986), a política educativa na conjuntura revolucionária articula-se claramente com as noções de “consenso e também de inculcação ideológica”, para além de se ver “altamente politizada”. A finalidade deste projecto é inquestionavelmente a construção de uma sociedade socialista. A escola não é, nesta óptica, nem pode ser neutral. É o que se afirma, igualmente, no anteriormente referenciado manual de alfabetização:

Assim, julgamos fundamental a origem de classe, a opção de classe, a militância, a ideologia daqueles que querem fazer um trabalho de alfabetização. Para nós a alfabetização como a educação é um acto político e consequentemente não há monitores neutros. (*Manual de alfabetização...*, 1977: 36)

¹ O exemplar que utilizámos, existente no Centro de Documentação da Direcção-Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação, inclui, no final, o texto da proposta do próprio Decreto-Lei, o qual, como dissemos, não chegou a ser aprovado. Os comentários e sugestões de cortes e correcções existentes no texto do *Esquema de anteprojecto*, dão bem conta da intensa controvérsia ideológica que estava subjacente ao debate sobre a alfabetização.

A relação entre as noções de alfabetização e de “consciencialização” – na qual está bem visível a influência da noção freiriana de “conscientização” – é amplamente afirmada, sendo a expressão original (embora não habitual no português de Portugal) por vezes mesmo utilizada. Segundo os autores, trata-se de “uma alfabetização que não se limita a ensinar a ler e a escrever”, incluindo uma outra dimensão, a qual pode ser explicitada da seguinte forma.

Em suma, o acto de «alfabetizarmo-nos» deve permitir uma tomada de consciência de nós próprios como trabalhadores... deve ajudar-nos a saber ler a sociedade onde estamos inseridos... para que possamos construir a sociedade a que aspiramos – a sociedade sem classes, a sociedade sem exploradores e explorados. (*Manual de alfabetização...*, 1977: 13)

O *Esquema de anteprojecto* é ainda mais marcado por esta retórica, por exemplo quando se enunciam os objectivos do Programa Nacional de Alfabetização – “conscientizar”, “organizar”, “mobilizar”. O documento não se exime a um esforço de conceptualização da primeira das referidas noções:

Consiste, pois, a educação «conscientizadora» numa relação dialéctica entre a consciência e o mundo, a acção e a reflexão, o conhecimento crítico e o compromisso histórico. Sendo assim, o programa de alfabetização implicará:
a) Imprimir à vida nacional uma dinâmica cultural que possibilite uma elevação do nível de consciência de todo o povo trabalhador... (*Esquema de anteprojecto...*, 1975)

A assunção, como lugares-comuns, de alguns dos pressupostos de Paulo Freire é óbvia. Como nota Stoer (1999), o caso português representa um bom exemplo do uso explícito das ideias de Freire num contexto revolucionário, sendo mesmo as suas pedagogias a “norma” e não apenas a “alternativa”, ainda que apropriadas à maneira de um “slogan”. Como se reconhece no *Esquema de anteprojecto* (1975): “Pensamos que estão criadas as condições em Portugal para realizar um programa inspirado na concepção educativa de Paulo Freire, tendo em conta algumas experiências práticas que se reclamam do mesmo”.

Aprofundando a análise do referido documento, também nele encontramos um dos traços já anteriormente identificados no que se refere ao discurso revolucionário – o uso retórico de noções como “povo”, “massas trabalhadoras”, entre outras, expressões cuja abrangência, não obstante o seu carácter vago, torna possível concitar

consensos e mobilizar vontades. O discurso pedagógico (e político) reverencia essa espécie de entidade suprema e de força redentora. Isso é visível, por exemplo, quando se afirma que “um programa revolucionário de educação é necessariamente um instrumento ao serviço do povo colectivamente empenhado num processo educativo geral e não um instrumento de opressão cultural desse mesmo povo” (*Esquema de anteprojecto...*, 1975). As campanhas desenvolvidas pelos estudantes dão conta, frequentemente, da enorme aprendizagem resultante do contacto com o povo. No Boletim do MFA afirma-se que um dos objectivos da Campanha de Dinamização Cultural é “cimentar a união do Povo com as Forças Armadas” (*Movimento...*, 1975, 28 Jan.: 3).

Objectivo igualmente proclamado, na mesma linha, e alvo de diversas experiências (como o Serviço Cívico Estudantil e a Educação Cívica e Politécnica), é a diluição do “hiato entre trabalho intelectual e trabalho manual”. Esta é, seguramente, uma das mais curiosas expressões da utopia educativa do período revolucionário. Partindo do pressuposto, de raiz marxista, de que a divisão social do trabalho assentava na estrutura classista da sociedade, imagina-se que a extinção da separação entre o trabalho intelectual (considerado tipicamente burguês) e o trabalho manual (destinado tradicionalmente ao povo) seria um passo importante dado no caminho da “sociedade sem classes” anteriormente referida.

Não obstante esta retórica e a correspondente mitificação dessa entidade, os textos – como é o caso do *Esquema de anteprojecto* – não deixam de ser expressão de um outro olhar, menos idealizado, sobre a realidade do povo e da cultura popular. O documento considera que “o analfabetismo português está concentrado nas zonas rurais” e que esses “ambientes analfabetos” – assentes numa “cultura baseada na tradição oral” – são “fundamentalmente conservadores do passado”, possuindo “uma consciência mítica, mágica ou ingénuo de toda a realidade”. Apesar de também se considerar essa cultura como “coerente, rica e impregnada de reais valores”, o que prevalece é um olhar desvalorizador sobre o mundo rural, que sublinha o seu atraso, a prevalência da ignorância, dos preconceitos e a ausência de hábitos de higiene, situação cuja responsabilidade é, no entanto, atribuída ao regime anterior (*Esquema de anteprojecto...*, 1975). É, em particular, o Boletim do MFA que traça o retrato “dessa triste e desoladora realidade que é o obscurantismo, o analfabetismo, o atraso social, a doença, a miséria, ou seja, o conjunto das formas através das quais não há um mínimo de dignidade humana” (*Movimento...*, 1975, 11 Março: 3). É esse diagnóstico que está na

base da opção por fazer incidir as campanhas dessa fase (1974 e 1975) no interior Norte de Portugal, onde “o processo revolucionário ainda não chegou”, sendo a população influenciada por “caciques” (*Esquema de anteprojecto...*, 1975).

Curiosamente, é essa mesma situação que legitima a inclusão de algumas reflexões críticas sobre as eleições entretanto realizadas (em Abril de 1975) para a Assembleia Constituinte, fazendo lembrar – ainda que com outro envolvimento ideológico - os discursos liberais e republicanos que historicamente procuraram justificar a não atribuição do direito de voto à população analfabeta.

Mas o que está em causa é saber se os camponeses, ligados a um pedaço de terra, a uma aldeia, a hábitos ancestrais, a uma tradição bem definida, devem ser forçados a entrar num processo eleitoral que obedece a uma cultura, mentalidade e lógica que são o suporte da revolução burguesa... Eleger representantes para um organismo nacional, através ainda de outros organismos nacionais (os partidos), implica um sofisticado grau de consciência, que um camponês vulgar dificilmente pode ter. (*Esquema de anteprojecto...*, 1975)

Para além do facto de este documento ter sido produzido num quadro de profunda radicalização da vida política portuguesa e em que o governo provisório era dominado pelos sectores mais à esquerda do MFA, ainda que já em relativo isolamento, após a vitória dos partidos moderados nas eleições de Abril de 1975, está aqui claramente apresentado um dos grandes confrontos políticos do período revolucionário, o que opôs uma legitimidade revolucionária, de que se reclamavam os sectores até aí dominantes no MFA (e alguns partidos mais à esquerda no leque político) – críticos da chamada “revolução burguesa” -, e uma legitimidade constitucional, de que foram principais arautos os dois maiores partidos com expressão eleitoral – o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático (hoje PSD). Reflexo disso são as constantes críticas aos partidos – acusados de exercerem “uma acção antipedagógica junto das massas” e relativamente aos quais se defende “uma profunda reconversão” - constantes do documento que temos vindo a analisar (*Esquema de anteprojecto...*, 1975).

2. Alfabetização e revolução: estratégias e realizações

Do ponto de vista do poder central, a questão da alfabetização colocara-se já no regime anterior, nomeadamente na sua fase final. Esta preocupação levou, em 1972, à

criação da Direcção Geral de Educação Permanente (DGEP), à qual competia coordenar e promover a educação extra-escolar e as actividades de promoção profissional e cultural, visando a população adulta e garantindo uma acção supletiva do ensino básico. No período pós-25 de Abril de 1974, o Estado revelou-se incapaz de responder às evidentes necessidades de alfabetização de franjas ainda significativas da população – em 1970, os dados estatísticos apontam para 74% de população alfabetizada de idade igual ou superior a 10 anos, o que coloca a fasquia do analfabetismo nos 26% (Candeias, 2004: 201). No período revolucionário, enquanto estruturas de carácter particular desenvolviam iniciativas de natureza variada, o poder central não organizou nenhuma medida consequente. Só no Verão de 1975 seria elaborado, no seio daquela Direcção Geral, o já referido anteprojecto de Plano Nacional de Alfabetização (PNA), constituindo uma tentativa de coordenar as iniciativas de alfabetização desencadeadas pela mobilização popular.

Apesar de toda a carga retórica de que está investido, o projecto não foi, como já assinalámos, posto em prática, nem sequer aprovado, tendo-se realizado apenas algumas acções de formação, nos finais de 1975 e no primeiro semestre de 1976 (Matos, 1979: 10). Entretanto, a DGEP passa a ser dirigida por Alberto Melo, que assumiu a sua discordância face ao PNA, criticando de forma veemente as contradições do texto do projecto, a sua natureza centralizadora e hierárquica, assim como a estratégia de acção, assente num modelo de campanha e num conceito restritivo de alfabetização. Alberto Melo enunciará uma nova política de educação de base de adultos que, a partir de Janeiro de 1976, dominou a acção da Educação Permanente, adoptando uma “terceira via”, com um plano de cooperação entre a DGEP e as organizações populares de base que se multiplicaram em Portugal nestes dois anos, continuando muitas delas em actividade depois de 1976. Assim, este serviço público especializado, com capacidade política, financeira e organizativa, que podia propor iniciativas legislativas para legalizar processos em curso (e também inovações no campo da avaliação de adultos que, de facto, foram promulgadas), propunha-se coordenar e apoiar:

Todos os organismos de base para permitir, por uma livre experimentação, o desenvolvimento de uma prática e a elaboração de uma teoria, adaptadas ao Portugal de 1976.

Em vez de fazer, a prioridade era ajudar a fazer ... [e] visava antes de mais a descoberta do adulto português ... no Portugal de 1975.

Muitos pensavam – e mesmo alguns no interior da DGEP – que uma campanha de alfabetização de massas podia desempenhar um papel decisivo na

transformação das estruturas mentais e ser assim o motor do progresso social e político ... Entretanto, a aproximação adoptada pela DGEP era hostil a uma campanha massificada de alfabetização, mesmo nas regiões de fraco índice de organização popular. Em vez de nos concentrarmos no que as populações não possuíam (“cultura literária ou escrita”), nós queríamos colocar-nos no que elas tinham em abundância, mesmo (ou sobretudo?) nas regiões ditas mais atrasadas: a cultura popular, a sabedoria, o saber dizer, o saber fazer ... nós queríamos partir das suas aquisições, da sua cultura vivida e por isso realizar uma série de recolhas de tradições orais (contos, poesias, provérbios, história local, medicina popular, narrações, etc.), danças, artesanato, etc., efectuadas ao vivo e pelo contacto quotidiano com as populações. (Melo, 1976: 281-294)

Em 1976, a DGEP contou com a assistência técnica e o apoio material da Suécia, no âmbito do programa de cooperação cultural entre os dois países. Deste modo, foi possível equipar as associações locais e as delegações regionais da DGEP, tendo sido também criadas equipas móveis que visitavam periodicamente as associações envolvidas. Encorajava-se a criação e multiplicação de associações de educação popular, constituídas por adultos preocupados com a promoção cultural, apoiando as suas actividades e procedendo à transformação das recolhas de cultura popular em materiais que eram devolvidos às populações em suportes diversos, nomeadamente escritos. Os mecanismos de escrita surgiam, desta forma, como uma materialização natural das próprias vidas e em correspondência com as necessidades culturais sentidas pelas populações adultas, adquirindo um verdadeiro sentido de utilidade. A tecnologia da palavra decorria das próprias experiências de vida e a escrita perdia a representação mágica com que era vista pelos adultos analfabetos, passando a integrar as suas rotinas quotidianas como mais uma experiência pessoal e ao serviço da cultura existente na região (Melo & Benavente, 1978: 13). A concepção basista de (auto) educação popular de Alberto Melo funda-se na valorização da cultura dos adultos a alfabetizar e na sua capacidade de associação e mobilização, conferindo um novo sentido ao conceito de democratização do ensino.

Esta nova política de educação de adultos não terá sido, no entanto, transmitida de forma consolidada, já que no interior da DGEP se confrontavam os elementos defensores desta perspectiva filosófica e educativa com o grupo que estava ligado ao anterior PNA. A imagem projectada para o exterior ficou sempre muito marcada pela corrente defensora desse Plano, identificada com as organizações partidárias comunistas, e o facto de terem coexistido no tempo acções desenvolvidas por elementos dos dois grupos permitiu uma identificação entre ambos, que não tinha correspondência

na realidade, pois eram duas posições em conflito no mesmo campo de actuação (Matos, 1979:15-17).

As Campanhas de Dinamização Cultural do Movimento das Forças Armadas (MFA), ocorridas entre Novembro de 1974 e Fevereiro de 1975, só muito residualmente, como já notámos, se dedicaram à alfabetização. O seu objectivo, como muitas outras iniciativas ocorridas na altura, era a democratização da sociedade, a luta contra as estruturas sobreviventes da ditadura salazarista e, ainda, a legitimação política do movimento militar que havia possibilitado a revolução portuguesa, ao terminar com o Estado Novo.

Em Maio de 1975 foi criado o Serviço Cívico Estudantil (SCE), extinto em 1977, no qual se deviam inscrever os alunos que pretendessem frequentar a Universidade no ano seguinte e cujos objectivos eram, fundamentalmente, a formação do estudante no seu contacto com a sociedade, na qual se devia integrar, desenvolvendo actividades sociais e culturais e prestando serviços à comunidade. De entre as actividades que lhes eram atribuídas, contava-se a alfabetização que, não sendo encarada como uma iniciativa pessoal, veio a ter resultados muito diferenciados nas várias regiões do país (Oliveira, 2004: 229-235). No entanto, foi sublinhada a inserção dos estudantes nas comunidades e as iniciativas positivas de alfabetização, nomeadamente em Braga e Portalegre, assim como a dimensão significativa que atingiu em Lisboa, como se esclarece no *Apontamento Informativo n.º 4 do SCE*, de 2/12/1976. Por outro lado, nunca atingiu o impacto mediático de outras iniciativas estudantis – as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária da Pró-UNEP e o Movimento Alfa, com as quais muitas vezes as populações confundiram os estudantes do SCE.

Durante estes dois anos floresceram, de forma explosiva, associações que apresentaram uma grande capacidade de mobilização social, cultural e política. Estas associações, representativas da população, assumiram diversas formas, desde os vários partidos políticos até sindicatos, comissões de moradores, associações culturais, comités de bairro e de aldeia, etc. Muitas delas desenvolveram actividades de alfabetização, por iniciativa própria ou em articulação com os movimentos de dimensão nacional, já referenciados.

Nesta constelação do associativismo, as organizações populares, que também viveram um período áureo durante o biénio revolucionário, entroncam em experiências desenvolvidas nos anos sessenta, em que se destacam: i) as greves académicas e as lutas estudantis (62 e 69); ii) as acções promovidas pelo movimento católico progressista

GRAAL, em particular nos distritos de Portalegre, Coimbra e Porto, em que esteve envolvido Lindley Cintra e no contexto das quais promoveu a introdução do método Paulo Freire em Portugal; iii) as intervenções estudantis de apoio às vítimas das cheias de Novembro de 1967, que mobilizaram um significativo número de jovens e durante as quais estes construíram importantes redes de solidariedade, caldeadas no confronto com situações extremas de vida e, por via da catástrofe, também de morte, tecendo os estudantes, entre si, laços que perduraram no tempo (Oliveira, 2004: 103-117).

3. “Estudantes, sempre, sempre ao lado do povo”

Esta palavra de ordem condensa o entusiasmo e a militância que presidiu às campanhas de alfabetização de iniciativa estudantil. Os jovens estudantes acreditavam que podiam transformar o mundo, a realidade do país e, em simultâneo, construir a democracia, como concretização da felicidade utópica do futuro, comungando da retórica revolucionária que inundava a sociedade portuguesa. O povo era o mítico destinatário deste projecto, muitas vezes gritado nas manifestações de rua e expressando a crença ilimitada nas capacidades transformadoras e na criação do homem novo – este surgiria com os processos de alfabetização e com a disseminação do código escrito.

No verão de 1974 surgem as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária da Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses (Pró-UNEP), uma entidade que pretendia representar os estudantes e se situava numa linha muito próxima da União dos Estudantes Comunistas (UEC), embora preocupando-se em manter um carácter unitário e incluindo estudantes de outras filiações políticas. Foram constituídas brigadas de diversos tipos, com estudantes e profissionais da saúde, que garantiam as valências de alfabetização e educação sanitária. As campanhas realizaram-se no Verão de 1974, predominantemente no norte do país, sendo esta opção apresentada pelos seguintes motivos: a região tinha altas taxas de analfabetismo, considerava-se que as populações viviam em subdesenvolvimento económico e eram dominadas pelo obscurantismo e pelo conservadorismo políticos. Na realidade, o combate político terá sido decisivo, pois as duas primeiras razões não se referiam a realidades muito diferentes das existentes em outras regiões do país, havendo mesmo situações mais graves que no Norte (Oliveira, 2004: 86). Entre 6 de Agosto e finais de Setembro de 1974, cerca de 1.000 alunos em férias integraram brigadas que desenvolveram as suas actividades em

112 localidades do continente, tendo existido também 15 campanhas no arquipélago dos Açores.

Os estudantes foram apoiados por organizações partidárias e militares do MFA, nem sempre de forma consistente. No terreno, estas campanhas depararam-se com uma forte hostilidade das populações, que seguiam principalmente orientações do clero conservador - os estudantes eram identificados com o comunismo e eram-lhes atribuídos actos maléficos e comportamentos imorais. A oposição da direita conservadora e católica era veiculada nas missas e as populações eram incitadas a actos de repúdio das brigadas de alfabetização, aparecendo também artigos na imprensa local que veiculavam esta hostilidade (Oliveira, 2004: 88-95; *O Professor*, 1975, Jan.: 8). A conflitualidade instalada era assim descrita:

Na região de Cabeceiras de Basto (distrito de Braga) o clero reagiu muito mal ao trabalho das campanhas ... Essas homilias [dos párocos] isoladamente não teriam grande importância como anti-campanha, se não se desse o caso de a população já ter sido “bombardeada” com boatos alarmistas, em que nomeadamente se dizia que os elementos das campanhas quando desejavam saber o nome de alguém era para imediatamente o inscrever no Partido Comunista; que ao tirarem fotografias às crianças era para depois o Governo poder separá-las dos pais; que ao levarem bornais quando iam à missa, transportavam bombas ou gravadores ... É um facto que depois de “alertados” por todos estes boatos, é fácil identificar os elementos das campanhas com elementos subversivos e destruidores ... Neste estado de espírito, é pois fácil que se apedrejem os elementos das campanhas, como aconteceu em Alvite; ou como em Faia onde nas redondezas da casa onde se faziam as sessões de Educação Sanitária se podiam ver pessoas “armadas” de sacholas e varapaus, chegando mesmo a serem atirados dois tiros ameaçadores para o ar (*Encontro*, 2.^a série, n.º1, Outubro/1974: 6, 12)

[Na chegada] foram bem recebidos ... à tarde, apareceu o padre. Leu-lhes uma circular da Comissão Católica da Fé (Porto) dizendo que não se deixassem iludir ... No dia seguinte tudo tinha mudado em S. Vicente da Raia. Mulheres e crianças corriam a fechar-se em casa, fazendo o sinal da cruz à sua [dos jovens] passagem e proibindo que os filhos lhes falassem ... E quando uma das universitárias foi à eira oferecer os seus préstimos, não lhos aceitaram. Carregadas de ódio, mulheres, cercando-a ameaçadoramente, disseram-lhe que ela e os outros se fossem embora e insultaram-na de nomes que as do Bairro Alto não gostam que lhes chamem ... Cá fora, ao soalheiro, uma mulher comenta para outra: - A minha filha nem come e anda doente, depois que estão cá estes diabos! (*Diário de Notícias* 14/8/1974: 2)

Os estudantes desenvolveram, em resposta, estratégias de aproximação às comunidades com que conviviam, designadamente actividades para as crianças, teatros,

filmes, dias de trabalho que partilharam com as populações, momentos de sociabilidade em tascas e grupos corais conjuntos.

Não se conhecem com rigor os resultados obtidos, mas os estudantes consideraram que o mais importante tinha sido o trabalho político pela democratização da sociedade e as aprendizagens que eles tinham realizado no decurso do contacto directo com as populações que habitavam o país profundo.

Os organizadores faziam um balanço positivo da campanha, enquanto vários observadores oscilavam entre uma apreciação positiva mitigada e a conclusão de que terá sido um fracasso – o número de alfabetizados seria inferior ao esperado, mas não se conhecem os números. As tensões e cisões no seio do movimento estudantil impossibilitaram a continuidade das campanhas no Verão de 1975, data em que curiosamente o Ministério assumiu uma posição em matéria de alfabetização, com o PNA, que adopta posições muito próximas das desenvolvidas pelas campanhas estudantis.

No Verão de 1976, o Movimento Alfa “propõe-se organizar, nos meses de Agosto e Setembro uma grande campanha de alfabetização, dinamização cultural e desportiva e de trabalho voluntário” (Oliveira, 2004: 100). Considerando-se um movimento unitário de massas, o Alfa foi lançado pela organização estudantil comunista UEC e entre os seus objectivos esteve a alfabetização e a formação de monitores locais, mas também contribuir para a consolidação das conquistas revolucionárias mais importantes, como a Reforma Agrária. Mais consistente e com maior capacidade de decisão que as Campanhas do Verão de 1974, de que se considera uma continuação, nos seus aspectos mais militantes, o Alfa teve uma propaganda assinalável na imprensa e uma maior projecção mediática. A sua organização era fortemente centralizada, com uma comissão coordenadora e sede na Faculdade de Letras de Lisboa, comissões regionais, núcleos de alfabetização e brigadas móveis e fixas, funcionando com base no voluntariado.

Num momento em que se registava um refluxo do movimento revolucionário, com a vitória eleitoral e a afirmação dos partidos mais moderados do espectro político, a UEC abandonava a política frentista de 74 e assumia um papel claro e determinante na organização das campanhas de alfabetização. A sua conotação partidária retirou-lhe a possibilidade de muitos dos apoios solicitados, principalmente por parte dos organismos estatais, que não lhe reconheceram isenção ideológica suficiente para que fossem concedidos os subsídios mais significativos (Matos, 1979: 38-40).

Segundo informações veiculadas pelos jornais, 2.000 estudantes estavam inscritos em Julho de 1976 e desenvolveram a sua actividade predominantemente no Alentejo, zona de forte implantação do Partido Comunista e de concretização da Reforma Agrária. O Movimento Alfa promoveu a articulação com o mundo rural e com as reformas revolucionárias mais emblemáticas, contribuindo para o reforço das “conquistas da Revolução”, numa fase em que as mesmas eram alvo de contestação.

Será exactamente o carácter militante deste Movimento que provoca as mais acesas críticas conservadoras: as campanhas de alfabetização “ferem a consciência das populações”, são “veículo de propaganda partidária e ideológica” e constituem um escândalo “pela imoralidade que patenteiam”. O Movimento Alfa realçou os resultados obtidos – os 1.000 estudantes que estiveram no Alentejo alfabetizaram cerca de 500 pessoas e formaram 200 monitores locais. Por seu lado, os alfabetizadores valorizaram a riquíssima experiência que este contacto com o povo lhes permitiu e o seu próprio contributo para que os objectivos do movimento fossem alcançados. Sectores críticos do Partido Comunista denunciam o domínio e controle que este exerceu sobre o “movimento em todas as suas fases”, mas reconhecem aspectos positivos no contacto e integração dos estudantes na vida do povo (Oliveira, 2004: 101-103). Alberto Melo teceu as suas críticas ao movimento, já depois de ter deixado a DGEP, em Julho de 1976, em entrevista concedida aos *Cadernos Alfa*:

Se a ideia é ir “alfabetizar” em dois meses, Agosto e Setembro, é melhor nem começarem. São dois meses de contínua faina nos campos, e além disso – porque alfabetizar não é aprender a ligar as letras – ninguém se alfabetiza em dois meses. Não se pense, pois, que se vai prestar um grande auxílio às populações durante esses sessenta dias. A iniciativa, porém pode ser de grande interesse se, em primeiro lugar, todos os estudantes que nela participarem se compenetrarem do facto de que serão eles próprios os principais beneficiários, pois vão aprender muito sobre a realidade do nosso país (*Cadernos Alfa*, 1976: 18)

Polémicas e mediáticas, as campanhas de alfabetização foram um símbolo da vontade de transformar o país e o povo, erigindo este em cidadão tornado consciente pela aquisição do código escrito e, assim, obreiro de uma sociedade mais justa e progressista. Apesar das críticas, apenas a direita conservadora não reconheceu a generosidade dos estudantes que as desenvolveram e marcaram – o calendário era o das férias dos estudantes, não o ciclo das estações mais favorável para as populações rurais (é no Verão que os trabalhos agrícolas são mais intensos) e o modelo de campanha

pressuponha uma intervenção sistemática, abrangendo o território nacional e exigindo resultados quantitativos que não se alcançavam em mês e meio. Após 1976, o Movimento Alfa não teve continuidade.

4. O método Paulo Freire: consciencializar, libertar, educar

Um traço comum a todas as campanhas de alfabetização foi a utilização do método de Paulo Freire, tal como aconteceu nas experiências desenvolvidas de forma mais restrita (mas, por vezes, com maior consistência e continuação no tempo) por diversas associações, entidades, grupos e pessoas.

As Campanhas de Alfabetização do Verão de 1974 contaram, na formação dos alfabetizadores, com o apoio de Lindley Cintra, que dirigiu os cursos de formação e elaborou o manual utilizado nas campanhas – *Resumo do método de Paulo Freire e sua aplicação prática para Portugal*, tendo sido ele a seleccionar as 20 palavras geradoras (Oliveira, 2004:87). Professor universitário e notável linguista, Cintra baseou-se em experiências de alfabetização (provavelmente clandestinas) realizadas nos finais dos anos sessenta no Alentejo e promovidas pelo movimento católico GRAAL (*Diário de Notícias*, 12/7/1974). As palavras geradoras permitiam a aprendizagem de um vasto conjunto de situações fonéticas e exprimiam as mais importantes realidades existentes na época, numa relação directa com a vida das pessoas que estavam em processo de alfabetização. O diálogo que se promovia entre alfabetizadores e alfabetizandos desenvolvia-se em torno de cada uma das palavras geradoras, incentivando a reflexão e correlacionado sons fonéticos, código escrito e vivências significativas das pessoas que aprendiam a ler. Desta forma, possibilitava-se “pela discussão, a tomada de consciência do Povo Português” (Matos, 1979: 33).

O Movimento Alfa promoveu vários cursos preparatórios para os estudantes, nos meses de Junho e Julho, centrados nas áreas de intervenção que o Movimento se propunha abranger (alfabetização, educação sanitária, animação cultural, etc.). Relativamente à alfabetização, foi seguido o método Paulo Freire, apesar de considerações acerca do idealismo deste autor. Aliás, foi seguido de muito perto o modelo de 1974, criado por Lindley Cintra. O conjunto das palavras geradoras sofreu algumas alterações, que reflectem o reforço da socialização política das populações como uma das mais importantes orientações do movimento.

<i>Campanhas de Alfabetização (1974-1976) Método Paulo Freire – Palavras geradoras</i>	
<i>Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária (1974) (Lindley Cintra)</i>	<i>Movimento Alfa (1976)</i>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tijolo 2. Chuva 3. Trabalho 4. Salários 5. Vinho 6. Escola 7. Máquina 8. Saúde 9. Riqueza 10. Carro 11. Preço 12. Bicicleta 13. Fábrica 14. Operário 15. Governo 16. Guerra 17. Enxada 18. Emprego 19. Jornal 20. Comissão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Luta 2. Tijolo 3. Trabalho 4. Comida 5. Máquina 6. Vinho 7. Saúde 8. Classe 9. Riqueza 10. Terra 11. Operário 12. Fábrica 13. Creche 14. Escola 15. Preço 16. Celeiro 17. Emprego 18. Freguesia 19. Girassol 20. Enxada 21. Comissão 22. Votar 23. Herdade

Uma das palavras introduzidas pelo Movimento Alfa reflecte claramente o empenhamento político e a defesa das “conquistas de Abril” – nos tópicos que se deviam abordar com os alfabetizandos, durante o diálogo sobre a palavra geradora “luta” (que não constava das palavras geradoras de 1974), os documentos policopiados de apoio à campanha definiam as prioridades: “A organização dos trabalhadores na defesa e consolidação das conquistas já alcançadas: Reforma Agrária, Controlo Operário e Nacionalizações. A Luta dos Movimentos de Libertação. A Luta dos Povos Oprimidos. A solidariedade internacionalista”. Por seu lado, a palavra “tijolo”, comum às duas listas de palavras geradoras (1974 e 1976), devia desdobrar-se em diálogos sobre os seguintes itens:

Habitação: sua importância na vida do homem; o direito do homem a habitação condigna; características essenciais da habitação (segurança, higiene e volume). Infraestruturas sociais – esgotos, abastecimento de água e electricidade, estradas, hospitais e escolas. A renda de casa – especulação e retribuição justa. A carência habitacional. Cooperativas de habitação. Aproveitamento das casas ainda não utilizadas nos montes – habitação, creches, centros sócio-culturais, escritórios, etc.

As actividades de leitura e de escrita rudimentar que os alfabetizandos realizavam deviam articular-se com a palavra geradora e com os temas que suportavam o diálogo entre os monitores e o grupo em processo de alfabetização. O progressivo (mas lento e nem sempre conseguido) domínio da leitura e da escrita era indissociável da construção de uma visão crítica do mundo e da necessidade de elaboração de uma agenda para a praxis política.

Também o PNA consagrou, no seu texto de anteprojecto, “todo o processo formativo ... dentro da perspectiva pedagógica de Paulo Freire”, enunciando os princípios fundamentais deste modelo. Para Paulo Freire, a alfabetização configura-se como uma verdadeira “pedagogia do oprimido”,

Aquela [pedagogia] que tem de ser forjada com ele e para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objecto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 1974: 32)

O processo de alfabetização é uma conquista crescente de consciencialização (ou conscientização, na palavra original de Freire) do alfabetizando, que vai construindo o seu caminho para a liberdade – a educação torna-se uma prática da liberdade.

O mesmo método serviu de inspiração ou foi desenvolvido em manuais, que surgiram na sequência de muitas e diversificadas iniciativas de alfabetização², dando conta da diversidade de experiências desta natureza que se multiplicaram no Portugal revolucionário dos anos setenta.

O método Paulo Freire apresentava uma enorme flexibilidade, podendo adaptar-se a situações muito variadas e possibilitando um trabalho criativo em torno da selecção das palavras geradoras, nas quais assenta todo o percurso do alfabetizando (e do monitor) para o domínio do mundo da escrita, entendido também como um processo de consciencialização, a um tempo individual e social. No entanto, o humanismo católico, de feição progressista, que preside à pedagogia freiriana, dá lugar a um outro significado no contexto das campanhas de alfabetização que analisámos: o processo de

² Entre outros, refira-se: *Alfabetização*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, de 1975; *O manual de alfabetização/ Base - Frente Unitária de Trabalhadores*. Lisboa: Base/FUT, de 1977; *Unir as letras, escrever povo: caderno para cursos de alfabetização*. Cova da Piedade: Associação de Alfabetização e Cultura Popular, de 1979; e de Moura, Helena Cidade (1979). *Manual de Alfabetização*. Lisboa: Caminho.

consciencialização, de que se reclamam, aproxima-se muito da endoutrinação política e o seu objectivo é a construção de um homem novo, cidadão activo, livre e lúcido de uma sociedade socialista. O discurso político e a sua matriz ideológica surgem claramente explicitados nos documentos da época e nos testemunhos dos actores envolvidos.

O filtro do tempo permite-nos destacar principalmente, nestas iniciativas, as intenções generosas dos estudantes que nelas participaram, sobrepondo-se esta dimensão a eventuais aspectos negativos que se apontem, para acompanharmos Paulo Freire na apreciação que tornou pública, em 1976, num jornal português.

Um dos possíveis erros que devem ter cometido foi o de chegarem às áreas camponesas com uma certa atitude paternalista. Apesar de todos os possíveis erros, houve, porém, um impulso para uma acção concreta e não importa que tenha havido erros (*A Capital* 15/7/1976: 2)

Nos testemunhos que deram a *O Professor*, os brigadistas de 1974 destacam que “fundamentalmente, quem aprendeu nas campanhas fomos nós, os estudantes.” Nas palavras da Florinda, do Amadeu, do Mário, que recordam, com colegas seus, os episódios da oposição das populações, os aspectos positivos ganham, contudo, uma maior relevância.

Há muitos resultados bons das campanhas. Houve pessoas que ficaram a ler e a escrever. Procedeu-se ao levantamento das condições de vida locais, nomeadamente habitação, meios de comunicação, saúde, necessidades de promoção económica, etc. ... Entre os estudantes das brigadas, isto contribuiu para o desenvolvimento de um espírito de camaradagem e convívio e para a formação mesmo de uma nova mentalidade, resultante do contacto directo com os problemas, modo de vida e aspirações das pessoas das aldeias...

No distrito de Viana do Castelo, vieram ter connosco, para aprenderem o método de Paulo Freire e ficaram a dar continuidade ao nosso trabalho...

Em alfabetização, não conseguimos grande coisa ... mas fizemos muita coisa no plano sanitário e politização. Conseguimos arranjar uma rede de esgotos para a população, água canalizada, mas houve grandes problemas com a junta [de freguesia] ... Fazíamos quase todos os dias reuniões, à noite, com pessoas da aldeia, para debater os problemas que elas tinham e ver o que se podia fazer. Quanto à politização, não fomos para o campo explicar o que é o comunismo, o socialismo, nada disso. Conseguimos dar uma ideia do que é a democracia, o que significa o «25 de Abril», porque é que tinha sido possível nós estarmos lá presentes. As pessoas ficaram com uma ideia mais exacta do que tinha sido o antigo regime. Conseguimos preparar assim o caminho para futuras campanhas. (*O Professor*, 4/5, Out. 1974: 35)

As campanhas do Movimento Alfa, dois anos depois, terão um conteúdo semelhante, embora se tenham centrado no Sul do país e apresentado um cunho político mais vincado.

No universo dos alfabetizandos, o registo etnometodológico conduz às recordações das sessões, dos progressos que as pessoas registavam, dos ambientes, dos temas e dos problemas que surgiam quotidianamente, do que cada um conseguiu ou não aprender. No tempo que passa, destaca-se o sucesso de alguns, que concretizaram o desejo de dominar a comunicação escrita de forma consistente: “Este sentimento foi sintomaticamente expresso pela Sr.^a Feliciano quando, passados anos, ainda me falava com orgulho das cartas que escrevia à família pelo seu próprio punho e das notícias que lia no jornal diário que chegava à terra” (Mogarro, 1990: 75).

Na memória da/o monitor de alfabetização, impressivamente, destacam-se os movimentos das mãos habituadas a rudes trabalhos agrícolas e que seguravam o lápis com uma segurança crescente, à medida que as aulas passavam, conquistando a brancura do papel com as suas próprias letras, hesitantes e depois mais seguras. Era o domínio da tecnologia da palavra, do seu código escrito, nos gestos mais elementares.

Referências:

Ainda as Campanhas de Alfabetização. *O Professor*, 6, Janeiro 1975, 8.

Canaveira, M. (Intr.) (1975). *Alfabetização caminho para a liberdade*. Lisboa: Edições Base - FUT

Apontamento Informativo. Serviço Cívico Estudantil, 4, 2 Dez. 1976.

Cadernos Alfa. Movimento Alfa. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1976.

Campanhas de Alfabetização. *O Professor*, 4/5, Out. 1974, 30-36.

Candeias, A. (dir.) (2004). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Esquema de anteprojecto do Programa Nacional de Alfabetização. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura – Direcção-Geral da Educação Permanente, 1975.

Freire, P. (1974). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Manual de alfabetização, para quem quer aprender com o povo. Lisboa: Edições Base, 1977.

Matos, L. (1979). *Alfabetização e Educação de Adultos no período compreendido entre Abril de 1974 e a actualidade. Estudo para o PNAEBA*. Lisboa: Ministério da Educação.

Melo, A. & Benavente, A. (1978). *Educação popular em Portugal. 1974-1976*. Lisboa: Livros Horizonte.

Melo, A. (1976). 9 meses na DGEP: uma educação feita por todos. *Raiz e Utopia*, 9/10, pp. 277-295.

Mogarro, M. J. (1990). Alfabetizar, em 1990. *Aprender*, 12, 73-75.

Movimento. Boletim Informativo das Forças Armadas, 9, 28 Jan. 1975, 3.

Movimento. Boletim Informativo das Forças Armadas, 12, 11 Março 1975, 3.

Oliveira, L. T. (2004). *Estudantes e povo na revolução: o Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*. Lisboa: Celta Editora.

Stoer, S. (1986). *Educação e mudança social em Portugal. 1970-1980. Uma década de transição*. Porto: Edições Afrontamento.

Stoer, S. (1999). Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo da Revolução portuguesa. *Educação, Sociedade e Culturas*, 11, 67-81.